

PROJETO DE LEI Nº 20/20, de 05 de junho de 2020.

“Altera dispositivos da Lei Municipal Nº 1.208 de 16 de março de 2016, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores efetivos do município de Sagrada Família - RS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Artigo 27, I e III da Lei Orgânica Municipal, faz saber, que se a Câmara Municipal de Vereadores aprovar, ele sancionará a seguinte:

LEI

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. O Regime Próprio de Previdência Social visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que, nos termos desta Lei, atendam às seguintes finalidades:

I - cobertura de eventos de invalidez, morte e idade avançada;

II - pensão por morte."

Parágrafo único. Será de responsabilidade do Município, os benefícios que atendam as seguintes finalidades:

I - cobertura de eventos de doença;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; e

III - salário-família e auxílio reclusão, para os dependentes dos beneficiários de baixa renda."

Art. 2º - O artigo 12 da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12. A contribuição normal a cargo do Município, destinada ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município, é de 14,00% (quatorze por cento) incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 17, I a V, desta Lei."

Art. 3º - O artigo 13 da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13. Além da contribuição normal de que dispõe o art. 12, é da responsabilidade do Poder Executivo e Legislativo a contribuição complementar para a recuperação do passivo atuarial e financeiro, à razão de 10,56% (dez vírgula cinquenta e seis por cento), incidente sobre a base de cálculo prevista do art. 17, I a V, desta Lei.

Parágrafo único. A alíquota a que se refere o caput vigorará até a competência de dezembro de 2022, obedecendo, a partir da competência seguinte, o escalonamento que segue:

Alíquota	Competência inicial	Competência final
14,39%	Janeiro de 2023	Dezembro de 2023
14,02%	Janeiro de 2024	Dezembro de 2024
13,66%	Janeiro de 2025	Dezembro de 2025
13,30%	Janeiro de 2026	Dezembro de 2026
12,95%	Janeiro de 2027	Dezembro de 2027
12,62%	Janeiro de 2028	Dezembro de 2028
12,29%	Janeiro de 2029	Dezembro de 2029
11,97%	Janeiro de 2030	Dezembro de 2030
11,66%	Janeiro de 2031	Dezembro de 2031
11,35%	Janeiro de 2032	Dezembro de 2032
11,06%	Janeiro de 2033	Dezembro de 2033
10,77%	Janeiro de 2034	Dezembro de 2034
10,49%	Janeiro de 2035	Dezembro de 2035
10,22%	Janeiro de 2036	Dezembro de 2036
9,95%	Janeiro de 2037	Dezembro de 2037
9,69%	Janeiro de 2038	Dezembro de 2038
9,44%	Janeiro de 2039	Dezembro de 2039
9,20%	Janeiro de 2040	Dezembro de 2040

8,96%	Janeiro de 2041	Dezembro de 2041
8,72%	Janeiro de 2042	Dezembro de 2042
8,50%	Janeiro de 2043	Dezembro de 2043
8,28%	Janeiro de 2044	Dezembro de 2044
8,06%	Janeiro de 2045	Dezembro de 2045
7,85%	Janeiro de 2046	Dezembro de 2046
7,65%	Janeiro de 2047	Dezembro de 2047
7,45%	Janeiro de 2048	Dezembro de 2048
7,25%	Janeiro de 2049	Dezembro de 2049
7,07%	Janeiro de 2050	Dezembro de 2050
6,88%	Janeiro de 2051	Dezembro de 2051
6,70%	Janeiro de 2052	Dezembro de 2052
6,53%	Janeiro de 2053	Dezembro de 2053
6,36%	Janeiro de 2054	Dezembro de 2054

Art. 4º - O artigo 14 da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14. A contribuição a cargo dos servidores ativos, destinada ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município, é de 14% (quatorze por cento) incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 18, I e II, desta Lei.”

Art. 5º - O artigo 15 da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15. A contribuição a cargo dos servidores inativos, destinada ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município, é de 14% (quatorze por cento) incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 19, I e II, desta Lei.”

Art. 6º - O artigo 16 da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 16. A contribuição a cargo dos pensionistas, destinada ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município, é de

14% (quatorze por cento) incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 20, I e II, desta Lei.”

Art. 7º - O artigo 21 da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

Art. 21. A remuneração de contribuição, para os efeitos do art. 17, I, e 18, I, desta Lei, é composta pelas seguintes parcelas de natureza remuneratória, pagas aos servidores ativos segurados do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município:

I - vencimento básico do cargo efetivo;

II - adicionais por tempo de serviço;

III – adicional de classe;

IV – adicional de nível;

V – verbas já incorporadas à remuneração de servidores nos termos de lei(s) municipal(is) ou de decisão(ões) judicial(is);

§ 1º - Não se incluem na remuneração de contribuição as seguintes verbas:

I - as diárias;

II - os jetons;

III - a ajuda de custo;

IV - o auxílio para diferença de caixa;

V - o auxílio para transporte;

VI - o auxílio para alimentação;

VII - o salário-família;

VIII – Verbas e gratificações do Incentivo PSF e das verbas de plantão;

IX - remuneração por serviço extraordinário;

X - as férias indenizadas;

XI - a gratificação de difícil acesso e unidocência;

XII - os abono pecuniários transitórios, as funções gratificadas, gratificações de função e demais verbas de caráter transitório;

XIII – convocações para regime suplementar de trabalho;

XIV – Verbas de Complementação e Gratificações de Funções por funções adicionais, tipo Câmara;

XVI - gratificação de direção escola;

XVII – plus de caráter remuneratório, substitutivo ou compensatório;

XVIII - gratificação de Gestão do RPPS;

XIX – adicional noturno e de insalubridade.

§ 1º - Excepcionalmente para fins de aposentadoria pela média das contribuições na forma da Lei Federal 10887/04, poderão os servidores que vinham contribuindo na data da promulgação da EC 103/2019 sobre alguma das verbas de caráter temporário que eram previstas nos incisos I a V do § 1º deste art. 21 na redação vigente anteriormente à alteração desta Lei, tais como adicionais de insalubridade e periculosidade; adicionais ou gratificações pelo desempenho de atividades especiais; valores pagos em razão de convocação para Regime suplementar de trabalho; funções gratificadas; vencimento de cargo em comissão, quando ocupado por servidor segurado do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município titular de cargo efetivo, poderão manter esta verba em sua remuneração de contribuição tão somente para fins de média do benefício;

§ 2º - Excepcionalmente, aos servidores que na data da promulgação da EC 103/2019 vinham contribuindo sobre verbas temporárias como Função Gratificada, Gratificação de Função ou Gratificação de Direção, Auxílio para quebra de caixa e similares terão direito à sua incorporação nos proventos de aposentadoria proporcionalmente ao período de sua contribuição até esta data, quando deixarão de integrar a remuneração de contribuição.

Art. 8º - O artigo 37 da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

Art. 37. - Os benefícios do Regime Próprio de Previdência são:

I - aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;

II - aposentadoria compulsória; e

III - aposentadoria voluntária.

IV – Pensão por Morte

Parágrafo Único – Os demais benefícios estabelecidos no Regime Jurídico dos Servidores passa a ser custeado pelo erário municipal.

Art. 9º - O artigo 38 da Lei Municipal nº 1.208 de 16 de março de 2016, passa a ter a seguinte redação:

Art. 38. A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho será devida ao servidor ativo que for considerado incapaz de readaptação e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 72.

§ 1º A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

§ 2º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 3º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou colega de serviço;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de colega de serviço;

d) ato de pessoa privada do uso da razão; e

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor ativo; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor ativo.

§ 4º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 5º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo segundo, tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

§ 6º A concessão de aposentadoria por incapacidade para o trabalho dependerá da verificação da condição de incapacidade total e definitiva para o exercício de qualquer cargo ou função pública, apurada por junta médica oficial do Município e será devida a partir da publicação do ato de sua concessão;

§ 7º O aposentado por incapacidade permanente para o trabalho com menos de 70 anos, deverá se submeter, quando a Administração entender conveniente, à avaliação por junta médica oficial do Município, sob pena de sustação do pagamento do benefício.

§ 8º As avaliações por junta médica oficial do Município serão agendadas mediante prévia comunicação ao aposentado por incapacidade permanente para o trabalho.

§ 9º O aposentado por incapacidade permanente para o trabalho que se julgar apto a retornar à atividade poderá solicitar a realização de nova avaliação por junta médica oficial do Município, devendo instruir o pedido com manifestação médica neste sentido.

§ 10. O aposentado por incapacidade permanente para o trabalho que tiver cessada a incapacidade, verificada nos termos dos §§ 7º e 8º, será revertido ao seu cargo ou em outro cargo compatível com sua incapacidade, nos termos de Lei Municipal.

§ 11. Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de aposentadoria por incapacidade permanente concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

Art. 10 - Ficam revogados os arts. 42 a 50 e 60 a 64 da Lei Municipal nº 1208/2016 e suas alterações, que Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Sagrada Família, RS, e dá Outras Providências, em razão de que estes benefícios passam a ser cobertos pelo erário municipal e por isto serão tratados no Regime Jurídico dos Servidores.

Art. 11 - Em face das desconstitucionalização promovida pela EC 103/2019 são mantidas as regras relacionadas à idade, tempo de contribuição, forma de cálculo dos benefícios e demais regras constitucionais, infraconstitucionais e legais vigentes anteriormente a 13/11/2019.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor:

I - A partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da publicação desta Lei, quanto a aplicação das novas alíquotas;

II - Nos demais casos, na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sagrada Família – RS, aos 05 dias do Mês de Junho de 2020.

Marcos do Nascimento Santos

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 20/20, de 05 de Junho de 2020.

J U S T I F I C A T I V A

Sr. PRESIDENTE

Srs. Vereadores

O projeto de lei que ora colocamos à vossa apreciação objetiva adequar a Lei Municipal nº 1208/2016 que Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência, RPPS, dos servidores municipais às novas **regras obrigatórias** estabelecidas pela EC 103/2019 que tratou da reforma da previdência.

Ressalta-se que a Portaria Interministerial nº 1348, de 03 de dezembro de 2019 deu como prazo máximo para os Municípios o dia 31/07/2020, que as mudanças entrem em vigor. A Portaria referida dispõe que até esta data o Município deve comprovar perante a SPREV do Ministério da Previdência, que a lei está em vigor, sob pena de haver restrições na concessão do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, fundamental e imprescindível para acesso do município a recursos federais e estaduais. Daí a importância da celeridade no encaminhamento e na apreciação da matéria.

Basicamente, são as seguintes as alterações necessárias:

a) Estabelecer que os benefícios suportados pelo RPPS limitam-se às aposentadorias e pensões, na forma determinada na EC.103/09;

Esta medida se impõe em face das determinações da reforma da previdência promovida pela EC 103/2019, que estabelece esta limitação a estes benefícios.

Em consequência, a contar da vigência desta Lei, os seguintes benefícios hoje suportados pelo RPPS passam a ser devidos pelo erário municipal, Prefeitura e Câmara e, por conseguinte, somar-se-ão às despesas de pessoal:

I - quanto ao segurado:

a) auxílio-doença;

b) salário-maternidade;

c) salário-família

II - quanto ao dependente:

a) auxílio-reclusão.

b)- Adequar a alíquota de contribuição dos servidores ativos ao mínimo de 14% ,a exemplo da União.

Ressalta-se que esta alíquota única se impõe tendo em vista que o cálculo atuarial do município ainda é deficitário, pelo que é vedada a instituição de alíquotas progressivas, a exemplo do que se dá no RGPS.

Assim, é imperativa a instituição da alíquota única de 14%. Até agora a alíquota era de 11%, de modo que haverá oneração aos servidores.

c) Estabelecer a contribuição patronal do Município, ambos os poderes, seja de 14% eis que deve ser no mínimo igual à dos servidores.

Destaca-se que até agora a contribuição era de 12,39%. Portanto, haverá um acréscimo de 1,61%.

Ressalta-se que este percentual provavelmente será reduzido quando da realização do novo calculo atuarial, em face da retirada de parcela dos benefícios do RPPS que passam a ser custeados pelo erário municipal.

d) Adequar a denominação da aposentadoria por invalidez, para aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.

A EC 103/09 passou a denominar a aposentadoria por invalidez por incapacidade permanente, daí a necessidade desta alteração.

e) estabelecer que em face das desconstitucionalização promovida pela EC 103/2019 são mantidas as regras relacionadas à idade, tempo de contribuição, forma de cálculo dos benefícios e demais regras constitucionais, infraconstitucionais e legais vigentes anteriormente a 13/11/2019.

g) Revogar os arts. 42 a 50 e 60 a 64 da Lei.

Por que os benefícios regrados nestes artigos passaram para o erário municipal, e, por conseguinte, devem ser regrados no regime jurídico dos servidores.

Diante da absoluta necessidade e imprescindibilidade, espera-se a aprovação unânime deste projeto de lei.

Atenciosamente.

Marcos do Nascimento Santos
Prefeito Municipal